

O PATRIMÔNIO AFRO-RELIGIOSO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS TERREIROS DE UMBANDA EM PELOTAS/RS

LILIAN BECKER OLIVEIRA¹; RENATA OVENHAUSEN ALBERNAZ³

¹Universidade Federal de Pelotas – lilianbecker@hotmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul – renata.ovenhausen@ufrgs.br

1. INTRODUÇÃO

As religiões afro-brasileiras, nascidas de um processo dinâmico de preservação e transformação da memória coletiva africana em solo brasileiro, são fruto da resistência cultural das populações negras escravizadas. Ao chegarem ao Brasil, essas populações trouxeram consigo um vasto patrimônio de crenças, rituais e uma cosmologia que preservava suas raízes ancestrais (Tadvald, 2016). Os terreiros, como são conhecidos os locais de culto, tornaram-se espaços de resistência e sobrevivência diante das violências e desigualdades sociais, raciais e de gênero, construídos com o trabalho e os recursos do povo negro – especialmente das mulheres – que foram historicamente marginalizados (Nogueira, 2020). Esses espaços não apenas oferecem cura e tratamento para o corpo e a alma, mas também servem como um reencontro com os ancestrais, funcionando como uma resposta à opressão colonial.

Segundo Moassab (2016), quase mil bens culturais arquitetônicos são protegidos pelo IPHAN, dos quais 40% são estruturas religiosas de matriz católica, especialmente igrejas. No entanto, no que diz respeito às memórias de terreiros afro-religiosos, Walkyria Chagas da Silva Santos (2019) esclarece que o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional argumentava que o terreiro seria uma edificação desprovida de valor artístico. Nesse contexto, Campos (2020) defende que a estética europeia branca recebe maior destaque no campo patrimonial, de modo que as políticas voltadas ao tombamento e reconhecimento refletem a ideologia de uma elite cultural e política enraizada no preconceito racial e de classe.

Desse modo, este trabalho é um recorte da dissertação que possui como objetivo explorar e compreender as demandas das comunidades de umbanda pela patrimonialização de seus territórios. A pesquisa se concentra na cidade de Pelotas/RS e busca compreender como a religião criou raízes na região. Nesse sentido, se faz necessário questionar qual o lugar de reconhecimento da umbanda no patrimônio afro-religioso brasileiro, assim como verificar se há um reclamo do povo de santo para que suas práticas e territórios sejam reconhecidos institucionalmente. Assim, a importância desse estudo se dá a partir da visibilização de um patrimônio material que possibilita o (re)conhecimento das religiões de matriz africana. Ademais, a investigação só está sendo possível devido ao apoio da bolsa DS CAPES.

2. METODOLOGIA

Para essa pesquisa, a metodologia adotada é de caráter dedutivo e qualitativo, visando uma compreensão aprofundada das demandas por reconhecimento dos terreiros de umbanda e das implicações associadas ao processo de tombamento pelo IPHAN. A abordagem dedutiva inicia-se com a revisão de teorias e conceitos sobre patrimônio cultural afro-religioso brasileiro,

estabelecendo um referencial teórico que orienta a análise dos dados. A pesquisa qualitativa se baseia na revisão extensiva de literatura acadêmica e documentos oficiais, como regulamentos e processos de tombamento para construir uma compreensão contextualizada do tema. A esse respeito, Creswell (2014) advoga que a pesquisa qualitativa deve estar associada à natureza interpretativa da investigação, uma vez que o estudo ocorre dentro de um contexto político, social e cultural e que é influenciado pela presença de quem realiza a pesquisa. Para a coleta de dados qualitativos, o estudo utiliza uma combinação de análise documental e trabalho de campo. A análise documental envolve a revisão de documentos do IPHAN e outras normativas que regem o reconhecimento de bens culturais, além de estudos acadêmicos que envolvam a umbanda e a preservação de patrimônio afro-religioso. Complementarmente, são realizadas entrevistas semiestruturadas com pais e mães de santo de dois principais terreiros de umbanda em Pelotas/RS, com o objetivo de capturar as percepções e experiências desses atores sociais em relação às suas demandas e estratégias de reconhecimento. Por fim, a dissertação pretende abordar o tema a partir de duas perspectivas complementares: de um lado, a análise institucional das políticas e práticas relacionadas ao reconhecimento dos terreiros de umbanda; de outro, a exploração das práticas, ritos, mitos e origens dessa religião na cidade de Pelotas/RS. Essa abordagem dual permitirá uma compreensão abrangente, que integra tanto a perspectiva oficial quanto a vivência e as tradições locais da umbanda.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa sobre o reconhecimento dos terreiros de umbanda como patrimônio cultural afro-brasileiro está em andamento, e as análises preliminares, juntamente com a revisão da bibliografia existente, revelam alguns padrões e tendências significativas. A literatura revisada indica uma lacuna substancial no reconhecimento oficial dos terreiros de umbanda pelo IPHAN. Enquanto outras manifestações culturais afro-brasileiras, como o Candomblé, têm obtido esse status, a umbanda continua sub-representada nas iniciativas de tombamento. Conforme Nogueira (2020), a umbanda, embora originária de práticas africanas e com uma base doutrinária voltada para o culto aos Orixás, também incorpora uma variedade de influências espirituais brasileiras, incluindo tradições indígenas, ciganas e caboclas. Esse mosaico de práticas e crenças configura uma forma de religiosidade que se desvia dos modelos ocidentais, sendo reconhecida como uma expressão significativa dos saberes e fazeres afro-epistemológicos (Sodré, 2002). Portanto, a manutenção e o reconhecimento dessas práticas como patrimônio cultural são essenciais para a luta contra o apagamento sistemático de um passado marcado pela escravidão e colonialismo.

Atualmente, a maior parte dos reconhecimentos de cultos afro-brasileiros pelo IPHAN concentra-se na Região Nordeste do Brasil, com 26,19% desses reconhecimentos ocorrendo em Salvador, na Bahia. Em contraste, a Região Sul, frequentemente associada à imigração europeia, tem experimentado uma exclusão de muitos terreiros afro-brasileiros, conforme relatado por Sousa (2019). O Candomblé, a religião africana com maior número de territórios reconhecidos pelo IPHAN, indica uma tendência do órgão em valorizar essa diversidade no patrimônio oficial (Albernaz, 2023). Marins (2016) observa que “tal conjunto de tombamentos faz com que o Candomblé reine soberano sobre outras práticas religiosas afro-brasileiras” (Marins, 2016, p. 23). O último tombamento registrado ocorreu em 2019 com o Terreiro Obá Ogunté Sítio Pai Adão. Desde então, os processos de pedido

de tombamento estão majoritariamente em fase de instrução, com pouca movimentação. A lista de processos do IPHAN (2024) inclui uma solicitação de reconhecimento do Centro de Umbanda Ogum Lanceiro e Iemanjá, feito em 2016, localizado em Canoas/RS, que ainda permanece em instrução. Nas estimativas do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), foi identificada a possibilidade de existirem aproximadamente 30 mil casas de religiões de matriz africana no Brasil, já no município de Pelotas, RS, há cerca de 2 mil terreiros mapeados (Santos, 2020). Se há tantas casas sagradas de matriz africana nessa região, como está sendo a movimentação de valorização dessas práticas religiosas por meio dos instrumentos de memória e patrimônio públicos? Por que somente aparece uma demanda por reconhecimento e não é da cidade do doce? Esses e outros questionamentos devem ser aprofundados ao longo desse processo investigativo.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa sobre o reconhecimento dos terreiros de umbanda como patrimônio cultural afro-brasileiro revela perspectivas significativas, apesar da ausência de um reconhecimento institucional equiparado ao de outras tradições afro-brasileiras. A análise preliminar demonstra que, enquanto o Candomblé e outras manifestações culturais afro-brasileiras têm recebido destaque e reconhecimento pelo IPHAN, a umbanda permanece sub-representada. Este desequilíbrio sugere uma necessidade crítica de revisão das políticas de reconhecimento cultural para assegurar uma valorização mais equitativa das diversas tradições afro-brasileiras. A ausência de reconhecimento institucional para a umbanda, que integra uma vasta gama de influências africanas, indígenas e brasileiras, destaca a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e abrangente por parte das autoridades responsáveis pela preservação do patrimônio cultural.

A investigação em andamento tem o potencial de contribuir substancialmente para a valorização da umbanda, ao iluminar as demandas das comunidades locais e explorar como o reconhecimento oficial pode apoiar e preservar essas práticas culturais. A abordagem metodológica, que integra a análise das políticas institucionais com um estudo detalhado das práticas e tradições locais, oferece uma base sólida para compreender a complexidade e a importância da umbanda no contexto cultural brasileiro. Os resultados esperados podem fornecer uma base crítica para reformulações nas políticas de reconhecimento cultural, promovendo um patrimônio mais representativo e equitativo. Assim, a pesquisa visa não apenas identificar as lacunas existentes, mas também influenciar positivamente as futuras diretrizes de preservação cultural, contribuindo para uma maior inclusão e valorização das práticas umbandistas no cenário nacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. Democracia e sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, [S. l.], n. 62, 2023. DOI: 10.17808/des.0.1438. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1438>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. O Ilê Obá Ogunté: patrimônio e identidade afro-brasileira. **Vivência: Revista de antropologia**, n. 55, 2020, p.36-51.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Penso. 2014.

IPHAN. **Lista dos Bens Tombados e Processos em andamento (Atualizado em junho de 2024).** Disponível em: <https://bit.ly/3zYH2dN>. Acesso em: 20 ago. 2024.
MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Revista Estudos Históricos**, [S.l.], v. 29, n. 57, p. p. 9-28, abr. 2016. ISSN 2178-1494.

MOASSAB, Andréia. O patrimônio arquitetônico no século 21: para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto. **Revista Arquitextos**, ano 17, Nov. 2016. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.198/6307> Acesso: 15 jun. 2024.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa.** Pólen Produção Editorial LTDA, 2020.

SANTOS, Marcell Teixeira dos. **Quando os tambores tocam geografia e religião: estudo de caso da (in)visibilização da Umbanda em Pelotas, RS.** 175 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2022.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Patrimônio cultural dos espaços religiosos afro-brasileiros: patrimônio subalterno?. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 05, p. 1-11. 2019.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.** Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOUSA, Danielle Alves de. **Os terreiros nos abrem caminho: reflexões sobre patrimônio cultural e cidadania a partir de religiões afro-brasileiras em Florianópolis, Santa Catarina.** 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional do Instituto Histórico e Artístico Nacional) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro - RJ, 2020.

TADVALD, Marcelo. O batuque gaúcho: notas sobre a história das religiões afro-brasileiras no extremo sul do Brasil. In: DILLMANN, Mauro. **Religiões e religiosidade no Rio Grande do Sul: Matriz afro brasileira**, v.4. 1.ed. São Paulo: Associação Nacional de História, 2016. p.141-168.